



O que Diferencia a Atividade Agropecuária num Ambiente de Isolamento Social?

(Renato Antonio Henz – Economista da Inteligência, Análise Econômica e Projetos Especiais)

Ainda que o cenário continue nebuloso, algumas informações permitem descrever, até o momento, a evolução e as perspectivas de algumas variáveis. Em linhas gerais, o cenário é claramente de queda da inflação medida pelo IPCA, pelo menos nos próximos dois meses, bem como do PIB anual. A inflação, que segundo o Relatório Focus de um mês atrás ainda era prevista em 2,72%, agora já cai para 1,97%. Para este número anual contribui a expectativa de deflação de 0,17% em abril e de -0,27% em maio. Apenas em junho se vislumbrava a expectativa de uma inflação positiva de 0,10%. Para o PIB já se espera uma queda de 3,76%, ante uma redução prevista de 1,18% há um mês. Deve se ter em conta que a meta de inflação para este ano é de 4,00%.

Ainda, no quesito inflação, o IPCA de março que captou o início dos impactos da pandemia, até aquele momento foi positivo em 0,7%, fazendo com que o acumulado em doze meses se situasse em 3,30%. Segundo o IBGE, este é o menor resultado para o mês de março, desde o início do Plano Real, ou seja, desde 1994. Dos nove grupos que compõem o IPCA, três já tiveram resultado negativo.

O destaque, para impacto negativo, no índice geral foi o grupo “transporte”, com queda de 0,90% e impacto de 0,18 pontos percentuais. A queda dos preços internacionais do petróleo, associada à queda da demanda interna dos combustíveis em geral, decorrente da exigência de isolamento social, derrubou os preços agregados de todos os combustíveis em, 1,88%, bem como das passagens aéreas em, 16,75%. Outro grupo que se destacou foi o de “artigos de residência”, com uma queda percentual ainda maior, de 1,08%, ainda que com um impacto menor no índice de 0,04 pontos percentuais.

Pelo lado da pressão inflacionária chama atenção, a alta também expressiva dos preços do grupo “alimentos e bebidas”, de 1,13% e impacto no índice de 0,22 pontos percentuais. Dentro do grupo, o mais expressivo foi o comportamento dos produtos incluídos alimentação em domicílio, que subiu 1,40%. Como se trata de compras em mercados para consumo em domicílio, em março houve uma corrida aos mercados, concentrando as compras para o abastecimento da residência, em vista do isolamento social, pressionando o preço dos alimentos. Cabe destacar a alta do ovo de galinha, 4,67%, que teve aumento no consumo em domicílio como fonte de proteína de fácil preparação, a batata-inglesa, 8,16%, o tomate 15,74%, a cebola 20,31%, e a cenoura 20,39. As altas de hortaliças tiveram influência, como também as condições climáticas que afetam a produção nesta época do ano e os problemas de logística decorrentes das medidas de



isolamento. Por outro lado, as carnes voltaram a cair 0,30%, ainda que em menor intensidade em relação a fevereiro quando registrou queda de 3,53%. Dada a excepcionalidade da situação, que deve perdurar por mais alguns meses, o impacto no IPCA dos preços dos produtos agrícolas deve ser próximo à neutralidade, sem restrições pelo lado da oferta, e com a logística, embora com alguns problemas localizados funcionando de forma a não comprometer o abastecimento.

Em se tratando da oferta dos produtos agrícolas, os levantamentos divulgados pela Conab, para a safra 2019/20, vêm confirmando números recordes de produção, a despeito de alguns problemas climáticos localizados. O levantamento de abril mostrou uma pequena redução em relação ao de março - , maiores para a soja e milho 1ª safra, mas que não compromete de forma significativa o número do total da safra, que passou de 251.904,2 mil toneladas para 251.794,9 mil toneladas. Deve-se enfatizar que cada vez mais, a intensidade tecnológica faz com que as lavouras reduzam o impacto das adversidades climáticas. Com isso, a expectativa ainda é de que haja um crescimento de aproximadamente 4,0%, em relação à safra 2018/19, garantindo o abastecimento em meio à crise da pandemia.

A esta altura, também em função da crise, deve-se avaliar as condições da produção agrícola para a safra 2020/21, vez que esta já pode dar algumas lições em meio à pandemia. Dada as características da atividade agropecuária, talvez seja esta uma das menos prejudicadas pelo isolamento social imposto pelas autoridades. É uma atividade exercida em plena natureza, e na qual o isolamento social é inerente à sua função, e o “companheiro” na atividade produtiva não é outro ser humano, mas a natureza. A intervenção do homem é parcial, cabendo a maior parte da tarefa à natureza, as chamadas condições edafoclimáticas: características do solo, temperatura, sol, chuva, entre outros. Enquanto em outros setores é exigida a ação humana permanente na produção de bens e serviços, a natureza faz a sua parte na produção dia e noite.

Contudo, a parte humana de qualquer maneira tem que ser realizada: adubagem, plantio, tratos culturais, colheita e comercialização. Se referindo, agora, à comercialização, é bom dizer que esta safra tem mostrado que se expande de forma satisfatória, tanto na exportação como no consumo interno. Problemas estão sendo detectados na comercialização da produção que é utilizada como matéria-prima, para atividades industriais, tal como o algodão e o milho, destinados às usinas de álcool. As interrupções na cadeia produtiva de vestuário têm reduzido, ainda que temporariamente a demanda pelo algodão. Por outro lado, a drástica redução na demanda de combustíveis tem impactado a produção de álcool, reduzindo a demanda de milho para esta finalidade. Assim, a pressão prevista sobre a demanda do produto deve ser reduzida, atenuando a preocupação quanto aos estoques finais da presente safra. Com isto, ganha-se tempo para ir adequando as próximas safras de milho para a crescente demanda destinada às exportações e produção de álcool.



Neste cenário, a questão relevante para a próxima safra, é saber das condições para sua implementação. A produção agrícola depende da produção industrial de insumos e equipamentos, que devem estar disponíveis de forma tempestiva na região produtora, uma vez que o plantio não pode esperar. Este assunto, a oferta de insumos e equipamentos deve ser objeto de acompanhamento, isto é, a disponibilidade de produtos, a comercialização e sua logística de transporte. Outra questão é o impacto da volatilidade dos mercados nos custos de produção. Embora alguns preços que influenciam o custo de produção agrícola tenham evoluído em direções contrárias, a resultante de tais efeitos ainda não está clara. Por exemplo, o preço do petróleo em acentuada queda, impactando de forma baixista os preços dos combustíveis e insumos de origem petroquímica e, por fim, a elevação do câmbio, que faz com que parte deste efeito baixista seja neutralizado, em termos da moeda nacional. Como sempre, é importante analisar a capitalização do produtor ao final da comercialização da presente safra, para definir as necessidades de financiamento da próxima. Dado o contexto atual, este fator não se apresenta como problema, uma vez que segundo informações do mercado, a comercialização desta safra está fluindo bem, já havendo, inclusive, muitas vendas de produtos da safra a ser plantada, aproveitando, obviamente, do câmbio elevado. De qualquer maneira, o custo do crédito e a taxa de juros têm se situado, pelo menos no curto prazo, em níveis excepcionalmente baixos, não devendo haver pressões pelo lado dos custos financeiros da safra.

Ainda, com relação aos juros, seguindo as decisões dos Bancos Centrais das principais economias, que têm reduzido suas taxas básicas de juros, no caso do Brasil, a Selic, o Banco Central do Brasil já havia reduziu a 3,75%, e na reunião desta semana reduziu em 0,75 pontos percentuais, para 3,00%. O mercado, segundo o Relatório Focus de 30 de abril, já prevê que a Selic caia a 2,75%, até o final do ano, portanto, ainda um corte adicional de 0,25 pontos percentuais. Com isto, a taxa básica de juros real, ou seja, descontada a inflação, já se aproxima de zero, situação inédita no Brasil. Contudo, tem-se observado um movimento inverso nas taxas de juros de mais longo prazo, tendo em vista os riscos e incertezas quanto à capacidade do governo em retomar a trajetória de controle da dívida pública.

De fato, com a decretação do estado de calamidade e a eliminação das restrições de gastos dela decorrentes, permitindo a implementação de medidas para atender a população mais vulnerável e para preservar os empregos, inicialmente estimados em 2,97% do PIB, junto com os gastos e transferências de recursos para equipar hospitais e ajuda aos estados, a expectativa para o déficit orçamentário cresceu de forma significativa. Segundo o Relatório Focus, há um mês a previsão do resultado primário das contas públicas era de -1,65% do PIB, enquanto que no último Boletim a previsão ficou em -7,20%. No ponto do resultado nominal, que leva em conta os custos (juros) da dívida pública, o resultado que era de -6,90%, passou para -11,30%.



Indicadores da Agropecuária



Conab

Companhia Nacional
de Abastecimento

Com isto, a dívida pública prevista para o final de 2020, de 58,10% do PIB, já passou para 62,10% do PIB -, o que gera preocupações quanto a capacidade de retorno a trajetória descendente da dívida num futuro previsível. A resposta a estas preocupações estão, em grande medida, na resposta da atividade econômica após a pandemia, uma vez que é, principalmente, a receita da retomada da atividade econômica que pode manter o endividamento sob controle. Nesse sentido, cabe a discussão já posta por muitos países, resumida em duas letras: a recuperação econômica se dará na forma de U ou na forma de V? Ou seja, a economia cai, se mantém por um certo tempo em recessão antes de voltar a crescer ou cai e se recupera rapidamente? O governo brasileiro está apostando e trabalhando, com a perspectiva desta segunda alternativa.